

política

Eleição da ARI deve confirmar primeira mulher no comando

Associação Riograndense de Imprensa completa 90 anos de atuação

/ IMPRENSA

Ana Stobbe e Júlia Fernandes
politica@jornaldocomercio.com.br

A Associação Riograndense de Imprensa (ARI) realizará amanhã a eleição que definirá o novo Conselho Deliberativo da entidade para o exercício 2026/2029. A votação será realizada no Salão Nobre da ARI, das 10h às 18h, exclusivamente de maneira presencial. Poderão participar do pleito os associados da entidade registrados até seis meses antes da eleição e adimplentes com a anuidade.

“Ao completar 90 anos, a ARI tem como preocupação defender o trabalho do jornalismo responsável, dentro de uma sociedade democrática. A nova equipe atuará em várias áreas, sem descuidar do aprimoramento da gestão interna e da manutenção do patrimônio da Associação, especialmente na administração de sua sede, no Centro Histórico”, pontua o atual presidente do Conselho Deliberativo, Luiz Adolfo Lino de Souza, que concorrerá à reeleição ao lado da atual vice-presidente do colegiado, Jurema Josefa.

Os eleitos deverão oficializar a eleição da diretoria executiva da entidade em 2 de julho. Nela, deverá ser realizada uma votação em chapa única, encabeçada pela jornalista Cláudia Coutinho, 65 anos, que será a primeira mulher a presidir a ARI.

“Ter meu nome indicado pelos colegas da ARI significa um apoio e um reconhecimento ao trabalho que venho fazendo, junto aos demais integrantes da diretoria, e à minha trajetória profissional. Isso é significativo. E o fato de ser a primeira mulher presidindo a Associação também é muito significativo. Porque já somos a maioria dentro das redações, não só nos veículos de imprensa, mas nas agências de comunicação, no setor público e privado. Mas, evidentemente, não somos a maioria a ocupar cargos de liderança ou decisão. São poucas mulheres editoras-chefes, diretoras de redação, etc. A indicação reforça a necessidade de representatividade das mulheres em diferentes segmentos e o jornalismo é um desses”, avaliou Cláudia.

Atual vice-presidente da entidade, ela sucederá o jornalista José



Jornalista Cláudia Coutinho lidera chapa única e terá mandato até 2029

Nunes, que completará em junho o seu segundo mandato na presidência da associação. Cláudia é graduada em Jornalismo pela Pucrs (Famecos), com especialização em Marketing, Gestão e Direito de Esporte. Ela teve passagens por Zero Hora e Revista Amanhã.

“A jornalista Cláudia Coutinho ocupa a vice-presidência da atual gestão, liderada pelo presidente José Nunes. Com o respeito de seus colegas, Cláudia é a profissional com experiência, dentro da diretoria-executiva, para liderar esse momento. Também é quase uma tradição da entidade a indicação de um vice-presidente assumir a presidência da ARI. A equipe da nova diretoria-executiva se prepara para novas pautas, especialmente se aproximando dos temas que interessam a jornalistas e estudantes de comunicação”, avalia Lino.

A ARI, conforme o dirigente, deverá dar conta, cada vez mais, das novas tecnologias e realidades do exercício jornalístico. “Com a inteligência artificial o papel do jornalista responsável é essencial para a credibilidade do trabalho em redações e empresas de conteúdo. Nem sempre as demandas do público combinam com o jornalismo ético e transparente, para a melhor solução com credibilidade e relevância de conteúdo. A crise das empresas, consequentemente do mercado de trabalho do profissional, exige de uma associação, como a ARI, o debate e a atuação para que princípios da boa prática não sejam esquecidos”, pontua.

Cláudia avalia que há outras bandeiras históricas da ARI: a defesa da liberdade de imprensa, a defesa da liberdade de expressão

e a defesa da democracia. E garante que haverá uma sequência ao trabalho desenvolvido por Nunes nos últimos dois triênios de valorização do jornalismo, com a defesa pelo retorno da exigência do diploma para a prática profissional, e a atenção a questões como a sustentabilidade e o meio ambiente. E as questões sociais permanecerão presentes.

“A ARI organiza o Fórum Internacional do Meio Ambiente (Fima), que trata de questões importantes como um todo, e seguiremos fazendo ele. Já falamos do bioma Pampa, de questões de saneamento, etc. E essa preocupação seguirá. Em março, lançamos uma campanha institucional contra o feminicídio e a violência contra a mulher. São temas que afetam a sociedade e não apenas o jornalismo. Também estamos com uma campanha contra a desinformação visando as eleições que se aproximam. É importante chamar a atenção do público para isso”, considerou Cláudia.

O jornalista José Nunes, 56 anos, foi eleito para a presidência da ARI em dois mandatos sucessivos. Ele se destacou por ser a primeira pessoa negra a presidir a entidade, assim como o primeiro radicado fora de Porto Alegre.

“Ao longo de seus 90 anos de história, a ARI começa a refletir de forma mais ampla a diversidade da sociedade gaúcha. Tenho muito orgulho de ter sido o primeiro preto a presidir uma entidade tão importante, que teve como seu primeiro presidente Erico Verissimo e que reúne uma trajetória marcada pela defesa da democracia e da liberdade de imprensa.”

Rio Grande do Sul adere a programa federal de subsídios ao diesel

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

Foi aprovado por unanimidade ontem, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o projeto que permite a adesão do Estado a um programa federal de cooperação financeira que busca mitigar os impactos de conflitos geopolíticos nos preços do óleo diesel em solo brasileiro. A matéria é de autoria do Executivo.

O Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis foi instituído por meio de medida provisória (MP) em abril deste ano, quando o governo federal observou a necessidade de adotar medidas para evitar

o aumento dos preços do diesel em função do escalonamento à época da guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã.

Pela MP, os estados integrantes do programa devem subsidiar R\$ 0,60 por litro de óleo diesel, enquanto a União entra com compensação no mesmo valor, alcançando R\$ 1,20 de subsídio por litro do combustível, com recursos oriundos a partir da retenção de repasses do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

O Anexo da medida provisória ainda aponta o Rio Grande do Sul como o quinto estado que mais consumiu este combustível em 2025, com 4,122 bilhões de litros de óleo diesel, correspondente a 5,93% do consumo total do Brasil naquele ano.

Aprovados novos planos de trabalho para Ospa e Fundação Teatro São Pedro

Dois projetos relacionados a trabalhadores da cultura do Rio Grande do Sul foram aprovados por unanimidade ontem na Assembleia Legislativa do Estado. O primeiro diz respeito ao plano de carreira da Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (Fospa), enquanto o segundo trata do plano de empregos da Fundação Teatro São Pedro.

Enquanto a proposta da Ospa traz reajustes salariais a servidores, a proposição da Fundação Teatro São Pedro cria empregos permanentes e altera a estrutura organizacional da instituição. Ambas matérias são de

autoria do Executivo.

Parlamentares de oposição à esquerda do governo Eduardo Leite (PSD) se manifestaram favoráveis a ambos os projetos, mas aproveitaram o espaço da tribuna para criticar a exoneração, em novembro de 2025, de Antonio Hohlfeldt do cargo de presidente da Fundação Teatro São Pedro.

A demissão de Hohlfeldt ocorreu duas semanas após ele ter anunciado a suspensão das atividades da instituição em 2026 por falta de funcionários, alegando uma demora dos processos por parte do Estado.

Bancada do PP pede tempo para avaliar criação de nova secretaria

Está em tramitação na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul um projeto de lei que cria a Secretaria de Proteção e Defesa Civil no Estado. A proposta está em vias de ser encaminhada para a apreciação do plenário, mas a bancada do PP pediu mais tempo para estudar a proposição, especialmente no que diz respeito aos impactos econômicos e na despesa com pessoal.

Pelo projeto, a estrutura da Defesa Civil passaria a ser uma pasta única e se desvincularia da Casa Militar, à qual hoje está inserida. Na justificativa à proposta, o Executivo, que é autor da maté-

ria, afirma que a proposição “visa incluir a nova Secretaria e suas competências na estrutura administrativa da Governadoria do Estado, diante da natureza transversal e estratégica das ações de gestão de riscos e desastres, que demandam a liderança direta do chefe do Poder Executivo e articulação interinstitucional permanente com todas as áreas setoriais do governo”.

Conforme o líder da bancada do PP no Parlamento, deputado Marcus Vinícius, foi observada a necessidade de se aprofundar sobre os impactos financeiros do texto.